

TERMO DE REFERÊNCIA

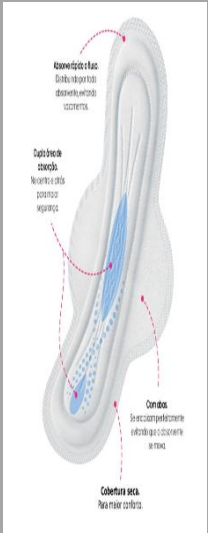
1. IDENTIFICAÇÃO DO DEMANDANTE




Solicitação feita através da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Inclusão, Ciência e Tecnologia, estabelecida no Centro Administrativo Ezio Ferreira Costa, localizada na Avenida Saquarema, nº 4.299, bloco 2, Porto da Roça, Saquarema/RJ, CEP. 28.994-374. Prefeitura Municipal de Saquarema – CNPJ 32.147.670/0001-21.


2. DEFINIÇÃO DO OBJETO

Futura e eventual aquisição de absorventes higiênicos e demais materiais íntimos femininos de higiene pessoal, destinados à distribuição gratuita às alunas da rede municipal de ensino do Município de Saquarema/RJ, com a finalidade de promover condições adequadas de saúde, higiene e dignidade menstrual.

2.1. Descritivo e quantitativos do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO	ILUSTRAÇÕES	DESCRIPTIVO DETALHADO	UNID.	QUANT.
1	Absorvente Higiênico		<p>Absorventes íntimos femininos descartáveis, com alto padrão de qualidade, segurança e conforto, projetados para uso diário durante o período menstrual. Característica técnica: Absorção e Distribuição de Fluxo: Núcleo superabsorvente com tecnologia que retém o líquido, convertendo-o em gel, com canais internos que distribuem o fluxo de forma uniforme, evitando vazamentos e mantendo a pele seca. Design Anatômico e Ajuste Seguro: Formato que se adapta ao corpo, garantindo conforto e liberdade de movimento, com barreiras laterais antivazamento e aderência firme à roupa íntima. Cobertura Superior e Conforto: Camada superior macia e respirável, minimizando irritações cutâneas e mantendo sensação de frescor. Material hipoalergênico, livre de fragrâncias agressivas.</p> <p>Controle de Odor: Inclusão de tecnologia ou materiais que proporcionem neutralização de odores, garantindo discrição durante o uso.</p> <p>Embalagem Individual e Higiênica: Cada unidade deve ser acondicionada em embalagem individual, assegurando higiene, facilidade de transporte e descarte.</p> <p>Variedade de Tamanhos e Fluxos: Disponibilidade de diferentes versões, adequadas para fluxo leve, moderado ou intenso, incluindo modelos ultrafinos, com ou sem abas, para atender às necessidades individuais de uso diário ou noturno. O fornecimento deve garantir qualidade superior em relação a produtos genéricos ou de baixa performance, assegurando confiabilidade, proteção eficaz e conforto contínuo durante todo o período de uso.</p> <p>Apresentação: Embalagem com 20 unidades, com especificações do fabricante e lote.</p>	Pacote	27.221

2	Toalha de rosto 50 x 80		<p>Tipo: Toalha de rosto de uso pessoal. Formato: Retangular. Dimensões aproximadas: 50 cm (largura) x 80 cm (comprimento) \pm 3%. Peso / Gramatura: Entre 400 e 500 g/m², garantindo boa absorção e toque macio. Cor: Branca Acabamento: Bainhas duplas reforçadas nas extremidades e lisa Apresentação: Unidade dobrada e embalada individualmente em plástico transparente, com identificação do fabricante e lote.</p>	Unid.	5.671
3	Sabonete líquido - Frasco 300 ml		<p>Sabonete líquido - Higiene íntima feminina diária Faixa etária recomendada - A partir de 10 anos Aspecto físico: Líquido viscoso, homogêneo, translúcido ou levemente opaco Cor: Incolor ou levemente esbranquiçado Fragrância: Ausente ou suave, hipoalergênica, não irritante pH: Entre 4,0 e 5,5 (compatível com o pH fisiológico da região íntima feminina) Composição mínima - Ácido láctico ou outro regulador de pH - Embalagem de 300ML</p>	Unid.	11.342
4	Necessaire		<p>Necessaire confeccionada em material resistente, impermeável e lavável (PVC transparente, nylon ou material equivalente), com dimensões aproximadas de 28 cm de largura x 22 cm de altura x 10 cm de profundidade, proporcionando volume interno estimado de aproximadamente 6,1 litros (dimensionamento aproximado: 28 cm x 22 cm x 10 cm = 6.160 cm³). O produto deverá possuir abertura ampla com zíper reforçado ou zíper duplo, permitindo fácil acomodação, organização e retirada de itens de higiene pessoal. Deverá conter compartimentos internos ou bolsos organizadores, de modo a possibilitar melhor disposição dos itens transportados. A necessaire deverá possuir estrutura que mantenha sua forma, evitando deformações ou colapso quando vazia, bem como alça ou suporte para pendurar, facilitando sua utilização em banheiros ou ambientes similares. A cor deverá ser neutra, preferencialmente preto, branco ou bege. O produto deverá permitir personalização com o logotipo da Prefeitura Municipal de Saquarema, nas cores institucionais amarelo, azul e verde, aplicado na face frontal da necessaire, em tamanho aproximado de 15 cm de largura, respeitando a proporção original da marca, centralizado e proporcional à área disponível, podendo sofrer pequenos ajustes de dimensionamento para melhor adequação ao processo de impressão e à área útil do produto. Observação: A imagem apresentada possui caráter meramente ilustrativo, podendo ocorrer variações conforme as necessidades da Administração Pública, desde que mantidas as características essenciais, dimensões e finalidade do objeto contratado.</p>	Unid.	5.671

5	Álcool em Gel 70% – Frasco 100 ml		Álcool em gel 70% para higiene pessoal, apresentado na forma de gel, indicado para a higienização das mãos, com ação antisséptica destinada à redução de microrganismos. Possui formulação à base de álcool etílico 70%, água purificada, agente gelificante e umectantes. Acondicionado em frasco plástico resistente com capacidade de 100 ml, dotado de sistema de fechamento seguro, adequado para transporte e uso diário. Produto de uso externo, inflamável, classificado como produto de higiene pessoal, devendo ser utilizado conforme orientações do fabricante e armazenado em local fresco, seco e ao abrigo da luz.	Unid.	5.671
---	-----------------------------------	---	---	-------	-------

2.2. Parcelamento da Solução

Considerando as características do objeto, vislumbra-se a oportunidade de parcelamento da solução, ou seja, o julgamento das propostas e o critério de adjudicação do objeto será realizado pelo menor preço por item.

2.3. Natureza do Objeto

O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo.

2.4. Caracterização do Objeto

O objeto desta contratação é caracterizado como bem comum, consistente no fornecimento de bens de consumo, não se tratando de serviço contínuo, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.5. Armazenamento

O armazenamento dos materiais deverá ocorrer em ambiente adequado, seco e ventilado, preservando sua integridade física e observando princípios de sustentabilidade. Os materiais utilizados nas estruturas de suporte e acondicionamento devem ser, preferencialmente, de origem sustentável.

2.6. Vigência Contratual

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura da Ordem de Início de Execução do Contrato.

2.6.1. Prorrogação Contratual

Não se aplica.

2.6.2. Reajuste e Equilíbrio Econômico-Financeiro

O reajuste será concedido somente após 12 (doze) meses da apresentação da proposta, utilizando-se o índice IPCA. Fica assegurado o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, ou em situações de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, caracterizando álea econômica extraordinária e extracontratual.

O prazo para resposta ao pedido de reajuste e/ou equilíbrio econômico-financeiro será de até 60 (sessenta) dias úteis após a divulgação do índice ou do pedido da contratada.

2.6.3. Extinção Contratual

O contrato poderá ser extinto, mediante motivação formal nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nas seguintes hipóteses:

- a) Não cumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas contratuais;
- b) Alteração societária ou modificação da finalidade ou estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de execução contratual;
- c) Falência, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- d) Razões de interesse público, justificadas pela autoridade competente;
- e) Quando a Administração não dispuser de créditos orçamentários para continuidade contratual ou entender que o contrato não oferece mais vantagem, sem ônus à Administração.

A extinção só poderá ocorrer próxima à data de aniversário do contrato e não inferior a 2 (dois) meses da assinatura, podendo ser realizada de forma:

- Unilateral;
- Consensual;
- Judicial.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Necessidade

A presente contratação visa a aquisição de absorventes higiênicos, toalhas de rosto, sabonete líquido íntimo e necessários, destinados à distribuição gratuita às alunas da rede municipal de ensino do Município de Saquarema/RJ. A disponibilização desses itens é essencial para garantir condições adequadas de saúde, higiene e dignidade menstrual, prevenindo constrangimentos e promovendo o bem-estar físico e psicológico das estudantes.

A ausência ou insuficiência desses materiais pode gerar consequências negativas significativas, incluindo afastamento escolar, interrupção de atividades pedagógicas e desconforto durante o período menstrual, comprometendo a continuidade do aprendizado e a participação plena nas atividades escolares. Além disso, a oferta de produtos de higiene menstrual contribui para a promoção da igualdade de condições, assegurando que todas as alunas tenham acesso a cuidados básicos de saúde e higiene, independentemente de sua situação socioeconômica.

Essa contratação é, portanto, imprescindível para a manutenção de um ambiente escolar saudável, seguro e inclusivo, alinhado às políticas públicas de saúde, educação e promoção da dignidade menstrual. O fornecimento regular e padronizado dos materiais garante a eficiência na gestão da distribuição, evitando desperdício, retrabalho e garantindo uniformidade nos produtos fornecidos.

Justificativa

A presente justificativa tem por objetivo embasar a aquisição de absorventes higiênicos e demais materiais íntimos de higiene pessoal, destinados à distribuição gratuita às alunas da rede municipal de ensino do Município de Saquarema/RJ, como parte das ações voltadas à promoção da saúde, higiene e dignidade menstrual.

A medida busca atender a uma necessidade contínua e essencial da população estudantil feminina, garantindo condições adequadas de cuidado pessoal e contribuindo para a efetivação dos direitos

fundamentais à educação, à saúde, à igualdade e à dignidade da pessoa humana. A ausência de acesso regular a produtos de higiene menstrual é reconhecida como um fator que compromete a saúde física, o bem-estar emocional e o desempenho escolar, resultando, muitas vezes, em faltas recorrentes, evasão escolar e constrangimentos sociais.

Nesse contexto, a iniciativa visa promover a equidade de gênero e a inclusão social, reduzindo desigualdades que atingem, de maneira desproporcional, estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. O fornecimento gratuito de absorventes higiênicos representa, portanto, uma ação concreta de política pública voltada à garantia de condições dignas de permanência e aproveitamento escolar, além de contribuir para a formação de hábitos saudáveis de higiene e autocuidado entre as alunas.

A presente aquisição encontra respaldo no ordenamento jurídico federal, em especial na Lei nº 14.214, de 6 de outubro de 2021, que institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual, visando assegurar a oferta gratuita de absorventes higiênicos e itens de higiene menstrual a estudantes e pessoas em situação de vulnerabilidade social, e no Decreto Federal nº 11.432/2023, que regulamenta o programa, reforçando a promoção da dignidade menstrual como política pública de saúde, inclusão social e promoção da igualdade de gênero.

Sob a ótica administrativa, trata-se de bens de uso comum e de especificações padronizadas, amplamente disponíveis no mercado, o que permite a realização de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, nos termos do art. 28, inciso II, e do art. 6º, inciso XXVII, da Lei nº 14.133/2021, bem como do Decreto Federal nº 10.024/2019, que regulamenta o pregão em sua forma eletrônica.

A escolha dessa modalidade se justifica por assegurar maior competitividade, transparência, celeridade e economicidade ao processo de aquisição, possibilitando ampla participação de fornecedores, garantindo a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública e promovendo o cumprimento dos princípios da isonomia, eficiência e publicidade.

A instrução processual será acompanhada de pesquisa de preços atualizada, conforme dispõe o art. 23 da Lei nº 14.133/2021, de modo a comprovar a razoabilidade dos valores praticados no mercado e garantir a adequada utilização dos recursos públicos.

Cumprido ressaltar que a presente aquisição não se restringe a um ato meramente administrativo, mas insere-se em um contexto social e educacional mais amplo, representando um investimento direto na saúde, no bem-estar e no futuro das estudantes da rede municipal. Ao assegurar o acesso gratuito a itens básicos de higiene menstrual, o Município de Saquarema reafirma seu compromisso com políticas públicas integradas de saúde e educação, pautadas pela valorização da mulher, a promoção da igualdade de oportunidades e a efetivação dos direitos sociais.

Dessa forma, conclui-se que a aquisição dos absorventes higiênicos e materiais íntimos de higiene pessoal é medida necessária, legítima e plenamente justificada, atendendo a finalidades de relevante interesse público, em consonância com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e economicidade que regem a Administração Pública.

Quanto a Previsão no Plano de Contratações Anual

O Plano de Contratações Anual (PCA), referente ao exercício de 2026, encontra-se em fase de elaboração e ainda não foi concluído, razão pela qual a presente demanda não se encontra contemplada no referido planejamento.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A futura e eventual aquisição dos absorventes higiênicos e demais materiais íntimos femininos de higiene pessoal, destinados à distribuição gratuita às alunas da rede municipal de ensino do Município de Saquarema/RJ, por meio da modalidade Pregão Eletrônico, apresenta-se como a solução mais eficaz, transparente e economicamente vantajosa para o atendimento da necessidade identificada. Tal modalidade possibilita ampla competitividade entre fornecedores, assegura a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública e garante celeridade e isonomia no processo de contratação, conforme previsto nos arts. 28, II, e 6º, XXVII, da Lei nº 14.133/2021, e no Decreto nº 10.024/2019.

4.1. Descritivo dos materiais

O descritivo detalhado dos materiais que compõem o objeto desta contratação encontra-se especificado no item 2.2 deste Termo de Referência, contendo informações técnicas, quantitativos, padrões de qualidade e demais requisitos necessários para o fornecimento dos produtos.

4.2. Atividades compreendidas na contratação

A contratação compreende as atividades inerentes ao fornecimento e à entrega dos itens adquiridos, incluindo transporte, manuseio e acondicionamento adequados até os locais indicados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Inclusão, Ciência e Tecnologia. Os materiais deverão ser entregues conforme as solicitações formais da Secretaria, observando-se os prazos, condições e cronogramas definidos neste Termo de Referência.

4.3. Condições gerais dos itens

Os itens objeto desta contratação deverão ser novos, originais de fábrica e de primeira utilização, devendo atender integralmente às especificações técnicas estabelecidas neste Edital. Não serão aceitos produtos reconicionados, remanufaturados, reembalados ou que apresentem qualquer indício de uso anterior, devendo os materiais ser fornecidos em perfeitas condições de funcionamento e conservação.

4.4. Especificações Técnicas e Marcas de Referência

Considerando a natureza do objeto, a necessidade de assegurar o fornecimento de produtos de alta qualidade, conforto e segurança, e a responsabilidade social associada à distribuição gratuita às alunas da rede pública municipal, estabelecem-se as seguintes referências de qualidade para os absorventes íntimos femininos noturnos descartáveis:

Marcas indicadas:

- *Always Noites Tranquilas Seca com Abas*
- *Sempre Livre Noturno Suave com Abas*
- *Intimus Gel Noturno Suave com Abas*

Essas marcas foram selecionadas com base em pesquisa de mercado, testes técnicos e análises comparativas entre produtos amplamente disponíveis e bem avaliados. A escolha tem como objetivo indicar padrões de desempenho e qualidade que devem servir de referência mínima para o fornecimento, sem restringir a competitividade do certame.

Os modelos acima apresentam desempenho superior quanto à capacidade de absorção e distribuição do fluxo, conforto anatômico, ajuste seguro ao corpo, controle de odor, cobertura hipoalergênica, embalagem individual higiênica e aceitação comprovada entre usuárias, características que garantem a eficácia e o bem-estar das beneficiárias. A validade mínima exigida no ato da entrega deverá ser de 75% do prazo total informado pelo fabricante.

Além dos absorventes, a contratação inclui os seguintes itens, com suas respectivas especificações técnicas:

- Toalha de rosto (50 x 80 cm): tecido 100% algodão, resistente, hipoalergênico, acabamento reforçado.
- Sabonete líquido (frasco 300 ml): neutro, adequado para pele sensível, livre de corantes e parabenos agressivos, com validade mínima de 75% do prazo total.
- Necessaire: material resistente à água, com zíper reforçado e compartimentos internos.
- Álcool em gel 70% (frasco 100 ml): concentração adequada conforme normas sanitárias, embalagem resistente a vazamentos, validade mínima de 75% do prazo total.

A adoção dessas referências visa assegurar que o objeto licitado atenda plenamente às especificações técnicas mínimas, superando os parâmetros de produtos genéricos ou de baixa performance. Ressalta-se que, conforme previsto na legislação vigente, serão aceitos produtos equivalentes em qualidade comprovada, desde que atendam aos requisitos técnicos mínimos exigidos neste Termo de Referência, incluindo dimensões, composição, desempenho, embalagem e validade mínima.

4.5. Condições de Entrega

4.5.1. As entregas deverão ocorrer mediante solicitação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Inclusão, Ciência e Tecnologia, obedecendo às condições contratuais e aos prazos estipulados. O fornecimento deverá ocorrer de forma organizada e padronizada, garantindo o suprimento adequado das unidades escolares e a efetiva distribuição às alunas beneficiárias do programa.

4.5.2. Cronograma de entrega

4.5.2.1. O cronograma de entrega dos itens observará as condições e prazos abaixo estabelecidos, contados a partir da assinatura da Ordem de Início, conforme a natureza e a necessidade de cada item:

CRONOGRAMA DE ENTREGA				
Item	Descrição	Forma de Entrega	Percentual/Quantidade	Prazo Estimado
1	Absorvente higiênico	Parcelada em 2 (duas) entregas	1ª entrega: 50%	1ª entrega: até 30 dias úteis após a assinatura da Ordem de Início
			2ª entrega: 50%	2ª entrega: até 180 dias úteis após a primeira entrega
2	Toalha de rosto 50 x 80	Entrega única	100%	Até 30 dias úteis após a assinatura da Ordem de Início
3	Sabonete líquido- Frasco 300 ml	Parcelada em 2 (duas) entregas	1ª entrega: 50%	1ª entrega: até 30 dias úteis após a assinatura da Ordem de Início
			2ª entrega: 50%	2ª entrega: até 180 dias úteis após a primeira entrega
4	Necessaire	Entrega única	100%	Até 30 dias úteis após a assinatura da Ordem de Início
5	Álcool em Gel 70% – Frasco 100 ml	Parcelada em 2 (duas) entregas	1ª entrega: 50%	1ª entrega: até 30 dias úteis após a assinatura da Ordem de Início
			2ª entrega: 50%	2ª entrega: até 180 dias úteis após a primeira entrega

4.5.2.2. As entregas deverão ser realizadas nos locais indicados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Inclusão, Ciência e Tecnologia, conforme solicitação formal, respeitados os prazos e quantitativos definidos neste cronograma.

4.5.2.3. O descumprimento dos prazos estabelecidos no cronograma de entrega sujeitará a contratada às penalidades previstas no Edital e no contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

4.6. Garantia

Os bens fornecidos deverão possuir garantia contra defeitos de fabricação e desconformidades com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, observada a natureza de cada item:

4.6.1. Para os produtos sujeitos a prazo de validade (absorvente higiênico, sabonete líquido íntimo e álcool em gel 70%), a garantia abrangerá todo o período de validade do produto, contado a partir do recebimento definitivo pela Administração.

4.6.2. Para os itens não sujeitos a prazo de validade (toalhas de rosto e necessários), a garantia será contra defeitos de fabricação e vícios aparentes ou ocultos, constatados no recebimento ou durante o uso regular, devendo a contratada promover a substituição dos itens que apresentarem desconformidade, sem qualquer ônus para a Administração.

4.6.3. Caberá à contratada arcar com todos os custos referentes à substituição dos itens que apresentem defeitos, vícios, irregularidades, avarias ou desconformidade com as especificações técnicas, total ou parcialmente, sem qualquer ônus para a Administração.

4.6.4. As substituições deverão ser realizadas no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação formal da contratante, observadas as mesmas condições contratuais, técnicas, sanitárias e de qualidade dos itens originalmente fornecidos.

4.6.5. O prazo de garantia terá início a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo do Objeto, aplicando-se os prazos conforme a natureza do bem, nos termos da legislação aplicável.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Visando assegurar que a presente contratação atenda integralmente às finalidades de promoção da saúde, higiene e dignidade menstrual das alunas da rede municipal de ensino, e mantendo os níveis de qualidade e regularidade exigidos para este tipo de fornecimento, verifica-se a necessidade de estabelecer, no mínimo, as seguintes exigências:

5.1.1. Requisitos de Negócio da Solução

5.1.1.1. A solução a ser contratada deverá ser plenamente capaz de atender à necessidade identificada, garantindo o fornecimento contínuo, seguro e padronizado de absorventes higiênicos e materiais íntimos de higiene pessoal, em conformidade com as especificações técnicas descritas neste Termo de Referência. Os produtos deverão assegurar qualidade, conforto, segurança e eficácia, de modo a atender às demandas das unidades escolares e ao público beneficiário final, observando-se os padrões de higiene, acondicionamento e durabilidade exigidos.

5.1.1.2. Exigência de Amostra

Para fins de verificação da conformidade técnica e da qualidade dos produtos ofertados, será exigida a apresentação de amostra dos itens licitados, nos termos do art. 41 da Lei nº 14.133/2021. A amostra deverá ser apresentada somente pelo licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, após a fase de lances e julgamento das propostas, mediante convocação formal do agente de contratação.

As amostras terão por finalidade verificar o atendimento às especificações técnicas, padrões de qualidade, desempenho, segurança, conforto, acabamento, embalagem e demais requisitos previstos neste Termo de Referência.

A não apresentação da amostra no prazo estabelecido, ou a apresentação de produto em desacordo com as especificações técnicas exigidas, implicará na desclassificação da proposta, sendo convocado o licitante subsequente, observada a ordem de classificação.

As amostras apresentadas **não integrarão o quantitativo total dos itens licitados**, não sendo consideradas como parte do fornecimento contratual, constituindo-se em item apartado, destinado exclusivamente à avaliação técnica da proposta, nos termos do **art. 41 da Lei nº 14.133/2021**, não gerando direito a pagamento, ressarcimento ou compensação futura, correndo integralmente por conta do licitante.

5.1.2. Requisitos Legais da Solução

A contratação deverá observar integralmente as normas e dispositivos legais aplicáveis à Administração Pública, devendo a execução do objeto ser pautada pelos princípios da legalidade, moralidade, eficiência, publicidade e economicidade. A solução adotada neste documento orienta-se e respeita as seguintes normatizações:

- **Lei Federal nº 14.133/2021**, de 1º de abril de 2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- **Lei Complementar nº 123/2006**, que estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte;
- **Decreto Federal nº 8.538/2015**, que regulamenta o tratamento favorecido e simplificado às microempresas, EPPs, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e cooperativas nas contratações públicas;
- **Instrução Normativa SEGES nº 58/2022**, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares (ETP) para aquisição de bens e contratação de serviços e obras;
- **Decreto Municipal nº 2.721/2024**, que institui o Plano de Contratações Anual e o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações – PGC, no âmbito do Município de Saquarema;
- **Decreto Municipal nº 2.722/2024**, que define as regras de atuação do agente de contratação, equipe de apoio, comissões e gestores de contratos no âmbito municipal;
- **Decreto Municipal nº 2.723/2024**, que regulamenta os artigos 72 e 75 da Lei nº 14.133/2021, estabelecendo diretrizes para hipóteses de contratação direta por dispensa de licitação;
- **Decreto Municipal nº 2.724/2024**, que estabelece o enquadramento dos bens de consumo adquiridos em categorias de qualidade comum e de luxo no âmbito da Administração Pública municipal;
- **Decreto Municipal nº 2.740/2024**, que regulamenta a licitação pelo critério de menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica;
- **Decreto Municipal nº 2.741/2024**, que disciplina a tramitação dos processos licitatórios e as regras para contratação de bens, serviços e obras na forma eletrônica.

5.1.3. Adesão à Padronização

5.1.3.1. Não se aplica, uma vez que, até a presente data, não há padronização vigente no Catálogo Eletrônico de Padronização de Compras que contemple os itens objeto desta contratação.

5.1.4. Garantia da Contratação

5.1.4.1. Não haverá exigência de garantia contratual, conforme disposto nos arts. 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando tratar-se de aquisição de bens de consumo de primeira necessidade, de uso contínuo e distribuição social.

5.1.5. Sustentabilidade

5.1.5.1. Os critérios de sustentabilidade deverão ser observados em todas as fases do ciclo de vida do objeto, incluindo a produção, embalagem, transporte, armazenamento e descarte dos materiais. Deverá ser priorizado o uso de embalagens recicláveis ou biodegradáveis, bem como a redução de impactos ambientais negativos, em consonância com os princípios da responsabilidade socioambiental e do consumo sustentável.

5.1.6. Subcontratação

5.1.6.1. Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto contratual, a fim de garantir a rastreabilidade da origem dos produtos, a qualidade do fornecimento e a responsabilização direta da contratada pelo cumprimento integral das obrigações assumidas.

5.1.7. Requisitos Gerais da Solução

Além dos requisitos específicos já descritos, deverão ser observados, no mínimo, os seguintes requisitos gerais pelas empresas participantes:

- Plena aderência ao instrumento convocatório, às legislações federal, estadual e municipal vigentes, e às normas técnicas aplicáveis;
- Comprometimento com práticas sustentáveis, voltadas à redução de impactos ambientais e à preservação do meio ambiente;
- Observância das normas de saúde e segurança no trabalho, especialmente no manuseio, transporte e acondicionamento dos produtos;
- Valorização do bem-estar e do desenvolvimento profissional de seus colaboradores, em consonância com as boas práticas trabalhistas;
- Proibição expressa do uso de trabalho infantil, forçado ou análogo à escravidão, sob pena de desclassificação e sanções legais;
- Adoção de critérios que assegurem ampla concorrência, sem práticas que restrinjam a competitividade ou gerem dependência da contratada;
- Garantia da observância dos princípios administrativos da legalidade, impessoalidade, moralidade, isonomia, publicidade, probidade administrativa, julgamento objetivo e vinculação ao instrumento convocatório, em todas as fases do processo licitatório e da execução contratual.

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE – IMPACTOS AMBIENTAIS

6.1. A solução proposta neste Termo de Referência deverá ser ambientalmente sustentável, atendendo aos princípios da responsabilidade socioambiental e da gestão eficiente de recursos

públicos, em conformidade com as diretrizes de contratações sustentáveis da Administração Pública.

6.2. Deverão ser observados os requisitos previstos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, bem como as boas práticas de sustentabilidade recomendadas pelos órgãos de controle e de governança pública, de modo a assegurar que todas as etapas da contratação — desde a produção até a destinação final dos produtos — respeitem o equilíbrio ambiental e promovam o desenvolvimento sustentável.

6.3. Os critérios de sustentabilidade deverão abranger todas as fases do ciclo de vida do objeto, compreendendo a produção, distribuição, uso e destinação final dos materiais. A consideração do ciclo de vida permite avaliar e minimizar os impactos ambientais e sociais decorrentes da contratação, garantindo que os princípios de sustentabilidade, eficiência e responsabilidade ambiental sejam efetivamente incorporados ao processo.

6.3.1. Produção

- Priorizar produtos cuja matéria-prima seja reciclável, biodegradável ou de origem sustentável, preferencialmente com certificação ambiental reconhecida.
- Valorizar fornecedores que adotem tecnologias limpas e processos produtivos com baixo impacto ambiental, que minimizem emissões de poluentes e incentivem o uso de fontes de energia renováveis.
- Estimular práticas de eficiência produtiva, reduzindo desperdícios de insumos, consumo de água e geração de resíduos sólidos.
- Favorecer o uso de produtos químicos de menor impacto ambiental, assegurando a integridade da saúde humana e do meio ambiente.

6.3.2. Distribuição

- As embalagens de transporte e acondicionamento dos produtos deverão ser, preferencialmente, confeccionadas com materiais recicláveis ou biodegradáveis, reduzindo o volume de resíduos gerados.
- Adotar logística eficiente, com otimização de rotas e planejamento de entregas que resultem em menor emissão de gases poluentes.
- Considerar, sempre que possível, a proximidade geográfica dos fornecedores, de modo a reduzir os impactos ambientais decorrentes do transporte e fomentar a economia local e regional.

6.3.3. Uso

- Os produtos fornecidos destinam-se ao atendimento das alunas da rede municipal de ensino, no âmbito das ações de promoção da saúde e dignidade menstrual, sendo essenciais para o bem-estar e para a manutenção da frequência escolar.
- As especificações técnicas deverão garantir qualidade, conforto e absorção adequadas, prolongando a durabilidade e reduzindo a necessidade de substituições frequentes.
- A conscientização das usuárias e das equipes escolares quanto ao uso responsável e ao descarte correto dos itens é fundamental para potencializar os benefícios sociais e ambientais da ação.

6.3.4. Destinação Final

- A contratada deverá fornecer orientações sobre o descarte ambientalmente adequado dos resíduos gerados, incentivando práticas de separação e encaminhamento correto, conforme as normas ambientais vigentes.
- Sempre que possível, deverá ser estimulada a utilização de materiais com potencial de reciclagem ou de biodegradação natural, reduzindo a sobrecarga de resíduos sólidos urbanos.
- A observância ao ciclo de vida completo do produto contribui para a mitigação dos impactos ambientais e para o aumento da durabilidade e eficiência dos itens fornecidos.

6.4. A contratada deverá comprovar regularidade ambiental e sanitária, apresentando, quando couber, certificados, licenças de funcionamento ou autorizações especiais emitidas pelos órgãos ou entidades competentes, indispensáveis à execução do objeto contratual.

Além disso, deverá cumprir integralmente a legislação ambiental aplicável, observando as normas federais, estaduais e municipais pertinentes, bem como as orientações dos órgãos de controle e fiscalização.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1.O prazo para o início da entrega do objeto contratado será de 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data de assinatura da Ordem de Início do Contrato pelas partes. Caso o prazo de entrega coincida com dia em que não haja expediente na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Inclusão, Ciência e Tecnologia, a entrega deverá ser realizada no primeiro dia útil subsequente, sem prejuízo ao cumprimento das demais obrigações contratuais

7.2. A entrega dos materiais deverá ocorrer conforme cronograma de entrega previsto no item 4.5.2.1, deste Termo de Referência. Necessário observar rigorosamente as especificações técnicas, condições de qualidade, embalagem, acondicionamento e prazo de validade descritos neste Termo de Referência. Os produtos deverão ser entregues novos, originais de fábrica, de primeiro uso e devidamente identificados quanto ao lote e à data de fabricação.

7.3. Na hipótese de impossibilidade de cumprimento do prazo de entrega estabelecido, a contratada deverá comunicar formalmente à contratante as razões do impedimento com antecedência mínima de 7 (sete) dias corridos, apresentando justificativa detalhada e documentação comprobatória, para que o pedido de prorrogação seja devidamente analisado. A prorrogação somente será admitida nas hipóteses previstas em lei e devidamente autorizada pela Administração, mediante justificativa formal, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e do contrato administrativo firmado. Ficam ressalvadas as situações comprovadas de caso fortuito ou força maior, nos termos da legislação vigente.

7.4.O objeto deverá ser entregue no depósito da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Inclusão, Ciência e Tecnologia, localizado na Rodovia Amaral Peixoto, nº 6.160, km 74, Bicuíba – Saquarema/RJ, de segunda a sexta-feira, no horário compreendido entre 09h00min e 16h00min. A entrega deverá ser acompanhada de nota fiscal, termo de entrega e documentação pertinente,

devendo o recebimento ser realizado por servidor designado pela Secretaria, conforme previsto no contrato e na legislação aplicável.

Obrigações da Contratada

7.5. Fornecer o objeto contratual em estrita conformidade com as especificações técnicas, quantidades e condições estabelecidas neste Termo de Referência, garantindo a qualidade e a integridade dos absorventes higiênicos e demais materiais íntimos femininos de higiene pessoal.

7.6. Cumprir rigorosamente os prazos e condições de entrega definidos neste Termo de Referência e no contrato, observando as normas administrativas e legais pertinentes.

7.7. Responsabilizar-se integralmente pela execução do objeto, em conformidade com as legislações federal, estadual e municipal vigentes, bem como com as normas técnicas aplicáveis à produção, transporte, armazenamento e fornecimento dos materiais contratados.

7.8. Arcar com todas as despesas diretas e indiretas decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus adicional à Administração contratante, inclusive aquelas relacionadas ao transporte, seguros, encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários.

7.9. Manter, durante toda a execução contratual, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, conforme a legislação em vigor.

7.10. Responder pela substituição, correção, remoção ou reconstrução, total ou parcial, do objeto que apresentar vícios, defeitos ou inconformidades resultantes da execução ou de materiais empregados, sem quaisquer custos para a Administração.

7.11. Responder integralmente pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes da execução do contrato, por ação ou omissão, dolosa ou culposa, de seus empregados, prepostos ou representantes.

7.12. Assumir, de forma exclusiva, a responsabilidade por encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução contratual, não cabendo à Administração qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária.

7.13. Reconhecer que seus empregados, prepostos ou subcontratados não mantêm qualquer vínculo empregatício com o Município de Saquarema, sendo de exclusiva responsabilidade da contratada todas as obrigações decorrentes da legislação aplicável.

7.14. Responsabilizar-se por todos os custos diretos ou indiretos necessários à fiel execução do contrato, inclusive despesas acessórias ou complementares.

- 7.15. Garantir acesso irrestrito à fiscalização por parte da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Inclusão, Ciência e Tecnologia, sempre que solicitado, durante toda a execução contratual.
- 7.16. Cumprir as normas técnicas de segurança e saúde ocupacional, bem como as disposições legais relacionadas à proteção do meio ambiente e à integridade física de seus colaboradores.
- 7.17. Promover condições adequadas de bem-estar, respeito e desenvolvimento profissional e pessoal de seus empregados envolvidos na execução do contrato.
- 7.18. Comprometer-se com o combate ao trabalho infantil, ao trabalho forçado e ao trabalho análogo à escravidão, em estrita observância aos direitos humanos e à legislação trabalhista vigente.
- 7.19. Proibir o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos, bem como qualquer forma de trabalho a menores de 14 (quatorze) anos, salvo na condição de aprendiz, conforme previsto na legislação brasileira.
- 7.20. Assegurar, durante toda a execução do contrato, o respeito aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, isonomia, publicidade, probidade administrativa, julgamento objetivo e vinculação ao instrumento convocatório, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 7.21. Manter sob sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão, direção técnica e mão de obra necessária à execução do objeto contratual.
- 7.22. Informar à contratante o nome do banco, agência e número da conta bancária destinados ao recebimento dos pagamentos referentes à execução contratual.
- 7.23. Manter seus dados cadastrais, endereço e telefone atualizados, a fim de garantir a comunicação eficiente com a Administração.
- 7.24. Assegurar que todos os funcionários envolvidos na entrega ou execução dos serviços estejam devidamente uniformizados e identificados com crachá, de modo a preservar a segurança e a transparência nas relações institucionais.
- 7.25. É vedada a transferência total ou parcial do objeto deste Termo de Referência a terceiros, sob pena de rescisão contratual e aplicação das sanções cabíveis.
- 7.26. Comunicar imediatamente à contratante qualquer ocorrência anormal verificada durante a execução do contrato que possa comprometer o cumprimento das obrigações pactuadas.
- 7.27. Informar, com antecedência mínima de 7 (sete) dias corridos à data prevista para a entrega, eventuais impedimentos ao cumprimento do prazo, apresentando justificativa formal e documentação comprobatória.

7.28. Adotar práticas e medidas que contribuam para a redução dos impactos ambientais negativos, observando os princípios da sustentabilidade e da responsabilidade socioambiental durante todo o ciclo de vida do objeto contratado.

7.29. Garantir o direito à ampla defesa e ao contraditório em caso de desatendimento das determinações da autoridade fiscalizadora ou em processos de extinção contratual, nos termos da legislação aplicável.

7.30. É vedado à contratada contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão contratante ou de servidor que atue na licitação, gestão ou fiscalização contratual.

7.31. Cumprir a reserva legal de cargos para pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social e aprendizes, conforme as legislações específicas vigentes.

7.32. Comprovar, sempre que solicitado pela contratante, o cumprimento das reservas legais de vagas, apresentando documentação e identificação dos colaboradores enquadrados nessas categorias.

7.33. Apresentar todos os certificados, licenças e autorizações emitidos pelos órgãos competentes, necessários para a execução do objeto, quando couber, além de atender integralmente às legislações e normatizações pertinentes.

Obrigações da Contratante

7.34. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, por meio de gestor e fiscais formalmente designados;

7.35. Fornecer à contratada todas as informações necessárias à adequada execução do objeto;

7.36. Solicitar formalmente as entregas, indicando locais, prazos e quantitativos, conforme previsto neste Termo de Referência;

7.37. Receber provisória e definitivamente os bens fornecidos, após verificação da conformidade com as especificações técnicas;

7.38. Efetuar os pagamentos devidos dentro dos prazos estabelecidos, após o atesto da Nota Fiscal e a regular liquidação da despesa;

7.39. Notificar formalmente a contratada sobre eventuais irregularidades na execução do objeto, fixando prazo para correção;

7.40. Aplicar as sanções administrativas cabíveis, quando for o caso, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

7.41. Comunicar à contratada qualquer alteração nas condições de execução que impacte o fornecimento dos bens;

7.42. Zelar pela adequada guarda dos bens após o recebimento definitivo;

7.43. Disponibilizar local adequado para o recebimento e conferência dos materiais.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente por ambas as partes, em estrita conformidade com as cláusulas pactuadas e com as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, nos termos da legislação vigente.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será automaticamente prorrogado pelo período correspondente à interrupção, mediante registro formal em apostila, preservando-se as condições originais ajustadas.

8.3. Todas as comunicações oficiais entre a Administração e a contratada deverão ser realizadas por escrito, especialmente nos casos que exijam formalidade administrativa. Em situações excepcionais, admite-se o uso de mensagens eletrônicas oficiais (e-mail institucional), desde que mantida a rastreabilidade e a integridade das informações.

8.4.A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Inclusão, Ciência e Tecnologia poderá, sempre que necessário, convocar representante legal da contratada para adoção imediata de providências relacionadas à execução contratual, à correção de falhas ou à adequação de procedimentos operacionais.

8.5. Após a assinatura do contrato, a contratada poderá ser convocada para reunião inicial de alinhamento, na qual será apresentado o Plano de Fiscalização Contratual. Esse plano conterá informações sobre:

- As obrigações contratuais e os prazos de execução;
- Os mecanismos de acompanhamento e controle adotados pela Administração;
- As estratégias de execução do objeto e os indicadores de desempenho esperados;
- O método de aferição de resultados e de qualidade dos produtos entregues;
- As sanções aplicáveis em caso de descumprimento contratual.

Essa reunião tem por objetivo assegurar o pleno entendimento das responsabilidades de ambas as partes e garantir a execução eficiente e transparente do contrato.

8.6.A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidores formalmente designados como Fiscais do Contrato, ou por seus substitutos, conforme disposições da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 2.722/2024.

A atuação da fiscalização não exime a contratada de suas responsabilidades legais, técnicas e contratuais, devendo esta prestar total colaboração e acesso às informações sempre que solicitado.

8.7. Nos termos do Decreto Municipal nº 2.722, de 10 de janeiro de 2024, as atividades de gestão e fiscalização contratual estão definidas da seguinte forma:

- Gestor do Contrato: Responsável pela coordenação das atividades de fiscalização técnica, administrativa e setorial, pela análise e encaminhamento dos documentos necessários à instrução processual, bem como pelos atos relativos à prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, aplicação de sanções e extinção contratual, garantindo a conformidade da execução com as normas legais e contratuais.
- Fiscal Técnico: Encargado de acompanhar a execução do contrato com foco na verificação da conformidade técnica do objeto, assegurando que as quantidades, qualidades, prazos e condições de entrega estejam compatíveis com o que foi contratado. Avaliará se os absorventes e materiais de higiene pessoal fornecidos atendem às especificações e padrões de qualidade exigidos, subsidiando a Administração para fins de recebimento e pagamento.
- Fiscal Administrativo: Responsável pelo acompanhamento dos aspectos administrativos do contrato, incluindo a verificação do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais da contratada, bem como o controle de revisões, reajustes, repactuações e eventuais medidas decorrentes de inadimplemento contratual.
- Fiscal Setorial: Designado para acompanhar a execução do contrato em unidades descentralizadas, quando a entrega ou distribuição dos materiais ocorrer em setores distintos da Secretaria ou escolas da rede municipal. Atuará em cooperação com os fiscais técnico e administrativo, garantindo a uniformidade da fiscalização e a qualidade da entrega em todos os pontos de recebimento.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

9.1. O objeto contratual será recebido provisoriamente, para fins de verificação do cumprimento das exigências técnicas, pelo Fiscal Técnico, Administrativo ou Setorial designado. A verificação da conformidade quantitativa e qualitativa ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório.

Atestada a conformidade com as especificações contratuais e o Termo de Referência, o objeto será recebido definitivamente pelo Gestor do Contrato, mediante atesto na Nota Fiscal e consequente aceitação formal.

9.2. Rejeição e Substituição

O objeto poderá ser rejeitado total ou parcialmente, inclusive antes do recebimento provisório, caso apresente divergências com as especificações técnicas ou padrões de qualidade exigidos.

Nessa hipótese, a contratada deverá proceder à substituição do material em até 10 (dez) dias úteis, contados da notificação, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

9.3. Prorrogação do Prazo de Recebimento

O prazo de recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma motivada, por igual período, quando houver necessidade de diligências complementares para aferição do atendimento integral das exigências contratuais.

9.4. Responsabilidade Pós-Recebimento

O recebimento provisório ou definitivo não exime a contratada da responsabilidade por eventuais vícios, defeitos ou prejuízos decorrentes da execução incorreta do contrato, devendo responder integralmente pelos danos causados à Administração.

9.5. Liquidação da Despesa

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, será observado o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação da despesa, prorrogável uma única vez, por igual período, nos termos do §2º do art. 7º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

9.5.1.

Nos casos de contratações cujos valores não ultrapassem o limite previsto no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, o prazo de liquidação será reduzido à metade, mantida a possibilidade de prorrogação.

9.6. Para fins de liquidação, o setor competente verificará se o documento apresentado contém todos os elementos essenciais, incluindo:

- a) prazo de validade;
- b) data de emissão;
- c) dados do contrato e do órgão contratante;
- d) período de execução contratual;
- e) valor a pagar; e
- f) destaques de retenções tributárias, quando aplicável.

9.7. Identificado erro, omissão ou irregularidade que impeça a liquidação, esta ficará sobrestada até que a contratada adote as medidas corretivas necessárias, reiniciando-se o prazo após a regularização, sem ônus para a Administração.

9.8.A Nota Fiscal ou documento equivalente deverá ser acompanhada da comprovação de regularidade fiscal, obtida via consulta ao SICAF ou, em caso de indisponibilidade, por meio de documentação comprobatória válida conforme o art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

9.9. A Administração realizará consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação;
- b) identificar impedimentos ou proibições de contratar com o Poder Público.

9.10. Constatada irregularidade fiscal ou cadastral, a contratada será notificada por escrito para regularizar a situação ou apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável uma vez por igual período, a critério da Administração.

9.11. Persistindo a irregularidade, a Administração comunicará o fato aos órgãos fiscalizadores competentes, para adoção das medidas cabíveis quanto à inadimplência e eventual bloqueio de pagamento até a regularização.

9.12. Caso a irregularidade não seja sanada, a Administração adotará as medidas administrativas necessárias à rescisão contratual, garantindo o contraditório e a ampla defesa.

9.13. Enquanto o contrato não for rescindido, e havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos poderão ser realizados normalmente, até decisão definitiva sobre a situação cadastral da contratada.

9.14. Prazo de Pagamento

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

Em caso de atraso, o valor devido será atualizado monetariamente desde o término do prazo até o efetivo pagamento, conforme índice oficial aplicável.

9.15. Forma de Pagamento

O pagamento será realizado por ordem bancária, mediante crédito na conta indicada pela contratada.

Considera-se como data de pagamento o dia da emissão da ordem bancária.

Durante a quitação, serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação vigente, observando-se que:

- Contratadas optantes pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, estarão isentas das retenções abrangidas por aquele regime, mediante comprovação documental do enquadramento.
- As retenções incidirão independentemente de valores estimados em planilha, observando-se os percentuais estabelecidos pela legislação fiscal aplicável.

9.16. Medição e Atesto

A remuneração será vinculada ao resultado efetivamente entregue, conforme o objeto contratado. O pagamento à contratada será realizado após a verificação da entrega integral e da conformidade do material, atestada por dois servidores da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Inclusão, Ciência e Tecnologia.

O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados da data de emissão e atesto da Nota Fiscal e de sua entrega à Secretaria Municipal de Finanças.

9.17. Cessão de Crédito

Será admitida a cessão fiduciária de direitos creditórios junto a instituição financeira, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020.

As cessões não fiduciárias dependerão de prévia autorização do contratante e terão eficácia apenas após a formalização de termo aditivo ao contrato administrativo.

A celebração da cessão estará condicionada:

- à regularidade fiscal e trabalhista da contratada (cedente) e da cessionária;
- à comprovação de que a cessionária não está impedida de contratar com o Poder Público, nos termos da legislação vigente.

O crédito cedido corresponderá exclusivamente ao valor devido pela execução do objeto contratual, mantendo-se íntegras todas as cláusulas exorbitantes e prerrogativas da Administração Pública, incluindo:

- descontos de multas ou glosas;
- retenção por prejuízos;
- pagamento condicionado à efetiva comprovação da entrega.

A cessão de crédito não altera nem transfere a responsabilidade pela execução contratual, que permanecerá integralmente sob a responsabilidade da contratada.

10. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1. Forma de Seleção e Critério de Julgamento

O fornecedor será selecionado por meio de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 2.740/2024. O critério de julgamento será o de menor preço por item, observando a conformidade com as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência, garantindo a economicidade, transparência e competitividade do processo licitatório.

10.2. Exigências de Habilitação

Para habilitação no Pregão Eletrônico, os licitantes deverão comprovar sua regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira, mediante apresentação de documentação específica, conforme a natureza jurídica do participante.

10.2.1. Habilitação Jurídica

- Empresário individual: Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis da Junta Comercial da sede.
- Microempreendedor Individual (MEI): Apresentação do Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, autenticado via portal oficial gov.br.
- Sociedade empresária, SLU ou EIRELI: Inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social registrado na Junta Comercial, acompanhado de documento que identifique os administradores legais.

- Sociedade empresária estrangeira: Portaria de autorização de funcionamento no Brasil publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial local, conforme IN DREI nº 77/2020.
- Sociedade simples: Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, acompanhado de documentação de seus administradores.
- Filial, sucursal ou agência: Inscrição da filial, sucursal ou agência registrada conforme a natureza jurídica (Registro Civil ou Junta Comercial), com averbação na matriz.

Todos os documentos deverão estar acompanhados das alterações contratuais consolidadas, assegurando atualização e validade das informações.

10.2.2. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

O licitante deverá comprovar:

- Inscrição no CNPJ;
- Regularidade fiscal federal (certidão conjunta RFB/PGFN), incluindo créditos tributários e Dívida Ativa da União, conforme Portaria Conjunta nº 1.751/2014;
- Regularidade com FGTS;
- Certidão de inexistência de débitos perante a Justiça do Trabalho (negativa ou positiva com efeito de negativa);
- Inscrição no cadastro de contribuintes estadual, municipal ou distrital, conforme o domicílio ou sede do fornecedor;
- Regularidade fiscal estadual, municipal ou distrital relativa ao ramo de atividade compatível com o objeto;
- Caso seja isento, comprovação por declaração oficial da Fazenda correspondente.

Observação: O MEI que desejar benefícios do tratamento diferenciado da Lei Complementar nº 123/2006 estará dispensado da comprovação de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

10.2.3. Qualificação Econômico-Financeira

O licitante deverá apresentar:

- Certidão negativa de insolvência civil (para pessoa física ou sociedade simples);
- Certidão negativa de falência (para sociedade empresária);
- Comprovação de capital social ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor estimado da licitação.

10.2.4. Qualificação Técnica

A licitante deverá comprovar aptidão para o fornecimento dos bens objeto desta contratação mediante apresentação de 1 (um) ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a execução satisfatória de fornecimento de materiais de higiene pessoal ou produtos correlatos, compatíveis em características, quantidades e complexidade com o objeto da presente contratação, nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Será admitido o somatório de atestados para fins de comprovação da capacidade técnica. Os atestados deverão conter, sempre que possível, identificação da contratante, descrição do objeto fornecido, período de execução e manifestação quanto à qualidade e regularidade do fornecimento. Além da comprovação de experiência por meio de atestados, os produtos ofertados deverão atender às normas sanitárias, técnicas e de segurança vigentes, especialmente as seguintes exigências:

a) Absorvente higiênico

O produto deverá atender às normas sanitárias aplicáveis aos produtos de higiene pessoal, estando regularizado junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, nos termos da Lei nº 6.360/1976 e da Resolução RDC nº 07/2015, ou outra que venha a substituí-la, quando aplicável. O fabricante ou importador deverá possuir Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) expedida pela ANVISA, quando exigido pela regulamentação sanitária.

b) Toalha de rosto (50 cm × 80 cm)

O produto deverá atender às especificações de qualidade e segurança aplicáveis a produtos têxteis, observando as normas pertinentes do INMETRO, quando aplicáveis, bem como as disposições de rotulagem e composição têxtil, conforme legislação vigente e normas técnicas da ABNT, quando cabíveis.

c) Sabonete líquido – frasco 300 ml

O produto deverá estar regularizado junto à ANVISA, nos termos da Resolução RDC nº 07/2015 ou outra que venha a substituí-la, referente a produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes. O fabricante deverá possuir Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) expedida pela ANVISA, quando aplicável, bem como atender às normas de Boas Práticas de Fabricação estabelecidas pela autoridade sanitária competente.

d) Necessaire

Deverá ser confeccionada em material resistente, atóxico e adequado ao acondicionamento de produtos de higiene pessoal, atendendo às normas de segurança e qualidade aplicáveis, bem como às disposições do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990) quanto à identificação do produto, composição e informações ao consumidor.

e) Álcool em Gel 70% – frasco 100 ml

O produto deverá estar regularizado junto à ANVISA, atendendo às normas sanitárias aplicáveis aos produtos saneantes ou antissépticos, conforme Lei nº 6.360/1976, RDC nº 42/2010, RDC nº 350/2020 e demais regulamentações vigentes. O fabricante ou importador deverá possuir Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE, quando exigido pela legislação sanitária, bem como cumprir os requisitos de rotulagem e segurança estabelecidos pela ANVISA.

A Administração poderá solicitar, a qualquer momento, documentação complementar que comprove a regularidade sanitária dos produtos, tais como registro, notificação ou dispensa de registro junto à ANVISA, fichas técnicas, certificados de qualidade ou laudos laboratoriais, sempre que necessário para verificação da conformidade dos itens ofertados.

10.3. Participação de Empresas em Consórcio

Não será admitida a participação de empresas reunidas em consórcio, considerando:

- a baixa complexidade do objeto;
- o valor da contratação, que não caracteriza grande vulto;
- a ausência de justificativa técnica ou operacional para consórcio.

11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Memória de Cálculo

11.1. Considerando a necessidade que motivou a abertura deste Processo Administrativo.

11.2. Considerando a demanda das Unidades Escolares da rede municipal de ensino do Município de Saquarema/RJ.

11.3. Considerando a distribuição dos itens para suprir a necessidade:

UNIDADES ESCOLARES			ITENS			
UNIDADE	Total	Absorvente Higiênico	Toalha de Rosto	Sabonete Intimo Feminino	Necessaire de Higiene Pessoal	Álcool em gel
		Quantidade				
CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO JURANDIR DA SILVA MELO	323	27.221	5.671	11.342	5.671	5.671
CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO MENALDO CARLOS DE MAGALHÃES	311					
CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PADRE MANUEL	405					
COLÉGIO MUNICIPAL GUSTAVO CAMPOS DA SILVEIRA	306					
ESCOLA MUNICIPAL ALMERINDA DA ROCHA MAGALHÃES	2					
ESCOLA MUNICIPAL ANÍZIA ROSA DE OLIVEIRA COUTINHO	59					
ESCOLA MUNICIPAL BELINO CATHARINO DE SOUZA	40					
ESCOLA MUNICIPAL CARMEM REGINA FERREIRA OLIVEIRA	2					

ESCOLA MUNICIPAL EDILÊNIO SILVA DE SOUZA	30					
ESCOLA MUNICIPAL EDILSON VIGNOLI MARINS	319					
ESCOLA MUNICIPAL ISMÊNIA DE BARROS BARROSO	509					
ESCOLA MUNICIPAL JARDIM IPITANGAS	370					
ESCOLA MUNICIPAL JOÃO LAUREANO DA SILVA	29					
ESCOLA MUNICIPAL JOÃO MACHADO DA CUNHA	36					
ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ BANDEIRA	179					
ESCOLA MUNICIPAL LUCIANA SANTANA COUTINHO	313					
ESCOLA MUNICIPAL LÚCIO NUNES	129					
ESCOLA MUNICIPAL MANOEL MUNIZ DA SILVA	64					
ESCOLA MUNICIPAL MARGARIDA ROSA DE AMORIM	63					
ESCOLA MUNICIPAL MARIA LUIZA DE AMORIM MENDONÇA	54					
ESCOLA MUNICIPAL ORGÉ FERREIRA DOS SANTOS	218					
ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO WALQUIDES DE SOUZA LIMA	54					
ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR FRANCISCO VIGNOLI	13					
ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA OSÍRIS PALMIER DA VEIGA	88					
ESCOLA MUNICIPAL RUBENS DE LIMA CAMPOS	12					
ESCOLA MUNICIPAL SEBASTIÃO MANOEL DOS REIS	26					
ESCOLA MUNICIPAL THEÓFILO D'ÁVILA	83					

ESCOLA MUNICIPAL VALTEMIR JOSÉ DA COSTA	50					
ESCOLA MUNICIPAL VILATUR	141					
ESCOLA MUNICIPALIZADA BEATRIZ AMARAL	29					
ESCOLA MUNICIPALIZADA ELCIRA DE OLIVEIRA COUTINHO	173					
ESCOLA MUNICIPALIZADA PAULO LUIZ BARROSO OLIVEIRA	163					
ESCOLA MUNICIPALIZADA PROFESSORA MARIA DE LOURDES MELO PAES BARRETO	21					
ESCOLA MUNICIPALIZADA VEREADOR IVAN DA SILVA MELO	170					
Total	4784					
UNIDADE	Educação de jovens e adultos (EJA)					
CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO JURANDIR DA SILVA MELO	137					
CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO MENALDO CARLOS DE MAGALHÃES	105					
CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PADRE MANUEL	165					
ESCOLA MUNICIPAL EDILSON VIGNOLI MARINS	93					
ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ BANDEIRA	115					
ESCOLA MUNICIPAL VALTEMIR JOSÉ DA COSTA	50					
ESCOLA MUNICIPALIZADA PAULO LUIZ BARROSO OLIVEIRA	131					
ESCOLA MUNICIPALIZADA VEREADOR IVAN DA SILVA MELO	91					
Total	887					
Total Geral	5671	27.221	5.671	11.342	5.671	5.671

Valor Estimado da Contratação

O valor total estimado do objeto deste Termo de Referência foi apurado com base em pesquisa de preços realizada pelo **Departamento de Compras da Secretaria Municipal de Gestão, Inovação e Tecnologia**, em conformidade com os arts. 4º e 6º do Decreto Municipal nº 2.741, observando os critérios e metodologias estabelecidos para a formação de preços na Administração Pública.

Os resultados encontram-se detalhados no **Anexo I – Pesquisa de Preços por Item**, no qual consta o valor total estimado para a contratação, correspondente a **R\$ 850.063,66 (oitocentos e cinquenta mil e sessenta e três reais e sessenta e seis centavos)**.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Inclusão, Ciência e Tecnologia.

12.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Gestão/Unidade: Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Inclusão, Ciência e Tecnologia.

Fonte de Recurso: 1573;

Programa de Trabalho: 12.361.0008.2.198;

Natureza de Despesa: 3.3.90.30.03.

Fonte de Recurso: 1573;

Programa de Trabalho: 12.366.0008.2.196;

Natureza de Despesa: 3.3.90.30.03.

13. DAS INFRAÇÕES SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. As sanções aplicáveis ocorrerão nas seguintes hipóteses:

“Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

Art. 155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato; IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I – a natureza e a gravidade da infração cometida;

II – as peculiaridades do caso concreto;

III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.”

13.2. Para as infrações previstas nos incisos IV, V e VI, será aplicada uma multa de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, enquanto para aquelas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII, a multa será de 15% (quinze por cento). O interessado terá o direito de apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis a partir da data de intimação. Caso a multa seja aplicada, ela deverá ser comunicação oficial.

13.3. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada em decorrência das infrações administrativas previstas nos incisos IV, V e VI, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.4. Poderá ser declarada a inidoneidade para licitar ou contratar do responsável que praticar as infrações dispostas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII, bem como as infrações previstas nos incisos IV, V e VI que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, § 5º da Lei nº 14.133/2021.

13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

Saquarema, 05 de março de 2026

Sandra Farias Miranda de Ferreira

Requisitante
Superintendente Diretora de Educação
Mat. 54348-1
Saquarema – RJ

De acordo:

Patrícia da Silva Oliveira

Secretária Municipal de Educação, Cultura,
Inclusão, Ciência e Tecnologia
Mat. 46108
Saquarema – RJ

ANEXO I
PESQUISA DE PREÇO POR ITEM

ITEM	DESCRIPTIVO SIMPLIFICADO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Absorvente Higiênico	Pacote	27.221	R\$ 17,22	R\$ 468.745,62
ITEM	DESCRIPTIVO SIMPLIFICADO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
2	Toalha de rosto 50 x 80	UNID.	5.671	R\$ 8,72	R\$ 49.451,12
ITEM	DESCRIPTIVO SIMPLIFICADO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
3	Sabonete Intimo feminino	UNID.	11.342	R\$ 15,94	R\$ 180.791,48
ITEM	DESCRIPTIVO SIMPLIFICADO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
4	Nécessaire de Higiene Pessoal	UNID.	5.671	R\$ 20,90	R\$ 118.523,90
ITEM	DESCRIPTIVO SIMPLIFICADO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
5	Álcool em Gel 70% – Frasco 300 ml	UNID.	5.671	R\$ 5,74	R\$ 32.551,54
VALOR TOTAL			R\$ 850.063,66		